

A AFETIVIDADE COMO FATOR INDISPENSÁVEL NO ATENDIMENTO DE ESTUDANTES COM AUTISMO E OUTRAS DEFICIÊNCIAS

Clébio Soares Santos¹
Ana Clara Melo Fruh²
Maria José Soares da Silva³
Mônica Silva de Sousa⁴
Peterson Trindade dos Santos⁵

A afetividade é um fator indispensável para o atendimento de estudantes com deficiências e/ou transtornos uma vez que existe grande relação entre o que é ensinado, por quem é ensinado e para quem é ensinado, cabendo ao professor integrar razão e emoção para o completo desenvolvimento humano.

Nesse sentido, o presente estudo nasce da necessidade de um aprendizado qualitativo dentro do processo de ensino-aprendizagem. E esse processo referindo-se a estudantes com deficiências e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é, de fato, delicado e desafiador. A forma como o docente leciona e os meios utilizados são de suma importância para que a aprendizagem aconteça de forma significativa.

Assim sendo, verifica-se uma grande necessidade de ampliação de estudos e métodos que possam dar subsídio, tanto para o ensinar quanto para o aprender, bem como analisar o papel exercido pela afetividade entre o professor e estudante de maneira que este estudante se sinta acolhido e possa desenvolver suas capacidades e, dessa forma, exercer um papel que é seu por direito.

É factível observar que, anteriormente, as legislações tratavam apenas de direitos sociais e de igualdade no que diz respeito à educação das pessoas com deficiência. Todavia, a partir dos anos 90, passou-se a tratar desse tema já na perspectiva da inclusão desses estudantes com deficiência no Ensino Regular, como visto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/96, especialmente nos artigos 58, 59 e 60, garantindo a educação

¹ Graduando do Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília-IFB/DF, clebio62034@estudante.ifb.edu.br

² Graduanda do Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília-IFB/DF, ana62159@estudante.ifb.edu.br

³ Graduanda do Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília-IFB/DF, marisoaressilva150@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília-IFB/DF, monicasousa111204@gmail.com

⁵ Professor Orientador e Professor Supervisor do PIBID: Especialista em Gestão Escolar e Temas Contemporâneos, SEEDF, Universidade Federal de Tocantins-UFT/TO, peterston.trindade@edu.se.df.gov.br

escolar desde o nascimento, já com currículos, técnicas, métodos e recursos diferenciados e adaptados às reais necessidades de cada estudante.

Outrossim, também foi resguardado pela Constituição Federal de 1988, nos termos dos artigos 205, 206 e 227, pela Lei Berenice Piana (LF 12.764/12) que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Espectro Autista, e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LF 13.146/15).

Portanto, o objetivo do presente estudo é analisar como a afetividade afeta, direta ou indiretamente, o processo de escolarização de uma forma que esse ocorra de uma maneira efetiva. Ainda, averiguar a forma como professores e alunos desenvolvem relações afetivas para que assim possam construir juntos o conhecimento, buscando associações e divergências com o propósito de organizar toda a dinâmica dentro dos espaços de aprendizagem.

Para a construção desse estudo foi realizada pesquisa bibliográfica/estado da arte nas bases de dados do Google Acadêmico e Scielo, dentre artigos e dissertações, num recorte temporal nos últimos 10 anos (2013 a 2023) a partir das palavras-chave: afetividade, estudantes deficientes, educação especial e deficiência.

Segundo a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

peessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. (RESENDE e VITAL, Org., 2008).

Já o Conselho Nacional de Educação, na Resolução 2/2001, apresenta as seguintes caracterizações:

Art. 5º: consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, diante o processo educacional apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento da atividades curriculares, compreendidos em dia grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, físicos, limitações ou deficiência.

II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, demandando a utilização de linguagem e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001).

Quanto ao Autismo, este é caracterizado como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e apresenta déficits cognitivos, com dificuldades na interação social, associado a dificuldades na comunicação e linguagem, movimentos repetitivos e estereotipados que podem limitar e prejudicar o desenvolvimento global do educando.

Dentro do processo de escolarização, entendendo que, dependendo do grau de comprometimento de cada estudante, em especial, aquele cuja Educação Inclusiva não

alcança, apresenta-se a Educação Especial que é uma modalidade de ensino que surgiu através de organizações e leis favoráveis aos deficientes e a partir da Declaração de Salamanca (1994), sendo o Brasil seu signatário e da LDB. Assim, essa modalidade de ensino passa a ser ofertada nas Unidades Escolares Regulares e nas Unidades Escolares Especializadas: os Centros de Ensino Especial (CEEs).

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) oferece atendimento a estudantes com deficiências, Transtorno do Espectro Autista – TEA, Altas Habilidades/Superdotação – AH/SD, bebês e crianças de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias no Programa de Educação Precoce nos 14 CEEs distribuídos nos 33 bairros da capital, mas nem todos estes bairros possuem CEEs.

Grandes autores apontam a relevância da afetividade no processo de ensino e aprendizagem, dentre eles estão: Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon cujas teorias têm em comum o ambiente e socialização como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento e aprendizagem.

Segundo Piaget (1896 – 1980), nunca há ação puramente intelectual, assim como também não há atos que sejam puramente afetivos. Isso evidencia que afetividade e a cognição são indissociáveis e que o homem age ao ser motivado e que a aprendizagem se dá por meio de um processo de acomodação e assimilação. Para ele, a afetividade é a energia que impulsiona ação tendo como esteio a razão.

A teoria de Vygotsky (1896 – 1934) afirma que os fatores ambientais são construídos a partir da relação do indivíduo com o meio social, que é denominada internalização que é a relação entre o ser com o mundo através de uma mediação dos instrumentos (ferramentas físicas) e o signo (ferramentas psicológicas).

Na teoria de Henri Wallon (1879 – 1962) o desenvolvimento humano é dividido em cinco etapas: impulsivo-emocional; sensório-motor e projetivo; personalismo; categorial; puberdade e adolescência. Destaca a importância da afetividade como um dos aspectos centrais do desenvolvimento humano, defendendo que a vida psíquica é formada por três dimensões – motora, afetiva e cognitiva que se influenciam mutuamente.

Assim, o desenvolvimento ocorre de fato quando há uma integração de funções e aquisições, partindo de uma organização em que dimensões motora, afetiva e cognitiva se inter-relacionam. Desse modo, se faz necessário a aplicação de atividades que não manifestem respostas condicionadas, mas que desenvolvam esquemas intelectuais, numa relação afetiva baseada na confiança, respeito e aceitação, com foco no desenvolvimento intelectual com vistas às ações espontâneas, por isso as relações afetivas favorecem o desenvolvimento

intelectual, social e pessoal dos estudantes, preparando-os para exercer sua autonomia na vida e em sociedade.

O papel desempenhado pelo professor é de suma importância para que o aluno se sinta parte do processo e dessa forma expressar seus pensamentos, emoções e até mesmo seus conhecimentos adquiridos nas atividades e intervenções desenvolvidas dentro e fora de sala de aula. Por isso, inclusão, especialização e afetividade formam um cordão tríplice essencial. Nesse entendimento, “todas as crianças podem aprender e se desenvolver. As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental” (BECKER e ANSELMO, 2020 apud Vygotsky, 1989, p. 102).

Assim, é de extrema importância reconhecer que nas ações pedagógicas a relação afetiva que se deve estabelecer com o aluno é fundamental. Também, é necessário compreender que as ações/atividades dentro do espaço escolar não devem ser limitar à instrução e/ou abstração de conteúdos; deve priorizar o crescimento global, tanto no aspecto individual quanto no coletivo, integrando as dimensões afetivas, cognitivas e motoras, nunca dissociando quaisquer atividades propostas do meio pessoal e da realidade onde o estudante está inserido e nutre-se de instrumentos de diferentes sistemas simbólicos, ciente, sempre, que grande parte do seu desenvolvimento parte do meio social e que este pode transpor seu próprio nível de experiências e expressões espontâneas com ou sem intervenção imediata, ampliando seus movimentos, sentimentos e atitudes e suas possibilidades de crescimento pessoal.

Tanto a Educação Especial quanto a Educação Inclusiva partem de um processo que está em constante desenvolvimento e provoca grandes reflexões e ações que buscam práticas efetivas, concretas e eficientes para a oferta de um ambiente afetivo, um espaço tranquilo e acolhedor e facilitar para que a aprendizagem ocorra, promovendo o bem-estar emocional e a socialização.

Este estudo aponta para a necessidade de ressignificar a prática pedagógica docente, efetivando a construção de uma metodologia de ensino que propicie ao aluno ser levado a “entender e aprender”, com a incorporação de uma proposta pedagógica centrada nele e que o auxilie no processo de desenvolvimento de atitudes e valores humanos. Destaca-se a necessidade de profissionais que compreendam a relevante participação da afetividade no processo educacional, numa abordagem pedagógica que terá por base a teoria das emoções e na psicogênese de Wallon, respeitando suas necessidades, possibilidades e seus impedimentos.

Nesse sentido, cabe ao professor orientar o estudante com transtorno ou deficiência para experiências de acordo com seu ritmo e capacidade de realização e desempenho/desenvolvimento, de forma que este possa integralizar cada um de seus progressos a fim de adquirir novos conhecimentos e habilidades.

O presente estudo compõe atividades inerentes aos pibidianos, graduandos do 1º semestre do curso de Pedagogia (IFB). As atividades desenvolvidas: observação, acompanhamento e regência, foram iniciadas neste semestre letivo. Todavia, os achados apresentados motivaram este estudo que se estenderá pelos 18 meses de duração do PIBID na unidade escolar de referência. Assim, as inferências aqui apresentadas serão aprofundadas à luz das pesquisas que se farão necessárias ao longo do programa.

Palavras-chave: afetividade; estudantes deficientes; educação especial; deficiência.

REFERÊNCIAS

Brasil. Resolução CNE/CEB n.2, de 11 de fevereiro de 2001. Brasília, Conselho Nacional de Educação, 2001.

KOCHHANN, A., ROCHA, V. A. S. **A Afetividade No Processo Ensino-Aprendizagem Na Perspectiva De Piaget, Vygotsky E Wallon.** IV Semana de Integração: XIII Semana de Letras, XV Semana de Pedagogia e I Simpósio de Pesquisa e Extensão (SIMPEX) – “Educação e Linguagem: (re)significando o conhecimento” 2. Disponível em:<
<file:///C:/Users/lawre/Downloads/5567-Texto%20do%20artigo-16207-1-10-20160112.pdf>>
Acesso em: 10 ago. 2023.

BECKER, C. ANSELMO, A. G. Modelo social na perspectiva da Educação Inclusiva. Revista Conhecimento Online. Novo Hamburgo. a. 12. v. 1, jan./abr. 2020.

Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral. Educação Especial. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Disponível em: < <https://www.educacao.df.gov.br/educacao-especial/>> Acesso em: 13 ago. 2023.

RESENDE, A. P.C., VITAL, F. M. P., org. A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.